

ESTADO DE SÃO PAULO

02. Econ.

CÉLIO DE CASTRO



A transparência no governo do presidente Itamar Franco e executada pela equipe econômica está a exigir algumas respostas claras antes que o Congresso — e a sociedade — venham a sofrer uma brutal indigestão com o novo ajuste fiscal. Dizem os burocratas da administração federal que o governo precisa arrecadar mais US\$ 12 bilhões para que seja possível o fechamento das contas e o pagamento das dívidas interna e externa e das despesas de 1993.

Já vimos esse filme antes, no início do ano, quando ministros se descabelavam na TV para dizer que era impossível o pagamento dos 147% de reajuste aos aposentados. Segundo eles, esse reajuste exigiria recursos extras da ordem de US\$ 12 bilhões. Esse número deve ser cabalístico para os bruxos da economia, pois é o mesmo valor que o governo diz ser necessário arrecadar a mais no próximo ano.

No entanto, os aposentados já estão recebendo esse reajuste e vão ter até a antecipação do 13º salário em novembro. O ministro Antônio Britto anunciou que, graças ao cancelamento de 600 mil aposentadorias fraudulentas e à retomada do pagamento das contribuições por parte de 62 mil empresas, a Previdência vai encerrar o ano com um superávit de 5% a 6%.

O que falta é um gato

22 NOV 1992

Ninguém mais fala na necessidade de uma arrecadação extra de US\$ 12 bilhões para salvar a Previdência do apocalipse. Assim, antes de termos que engolir o novo ajuste fiscal, seria interessante que os ministros da Fazenda e do Planejamento respondessem a algumas perguntas.

1) Qual o total da arrecadação e da despesa do governo federal até hoje?

2) Qual o total da previsão da receita e da despesa do governo federal até 31 de dezembro de 1992?

3) Qual o saldo — ou o déficit — de caixa neste instante?

4) Qual o saldo — ou o déficit — de caixa previsto para 31 de dezembro?

Estas perguntas simples são movidas por uma curiosidade singela. Em dois anos e meio de circo collorido, o governo federal destruiu a educação e a saúde públicas, arrochou o salário do funcionalismo, liquidou com todos os investimentos públicos e sociais e a pesquisa científica e tecnológica e comprimiu todos os seus gastos. Então, como é que pode haver um rombo nas contas do governo?

Em recente debate com a bancada do PSB, os professores Décio Garcia Munhoz e Paulo Furtado informaram que o saldo de caixa do governo, em junho, era de US\$ 3 bilhões. Onde é que foi parar esse dinheiro?

Os ratos comeram?

Quem são esses ratos? A tropa de choque e os cangaceiros do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que, de repente, descobriram bilhões de cruzeiros para se-

rem torrados às vésperas da votação do impeachment de um chefe de quadrilha que ocupava a Presidência da República?

Em vez de promover um novo arrocho fiscal — que só aumentará a inflação e a recessão, segundo Munhoz e Furtado — não seria mais interessante o governo iniciar uma guerra feroz à recessão, à sonegação e à corrupção?

Estudo da empresa de consultoria Price Waterhouse demonstra que as 500 maiores empresas privadas e as 50 maiores estatais brasileiras deixaram de produzir US\$ 166 bilhões nestes dois anos e meio de circo. Com isso, deixaram de ser arrecadados US\$ 39,8 bilhões em IR e ICMS.

Levantamento da Receita Federal comprova que, dos US\$ 2,1 trilhões que circulam nas contas bancárias, US\$ 557 bilhões são oriundos da evasão fiscal. Só em 91, a sonegação do Imposto de Renda chegou a 59% do que foi efetivamente arrecadado. Até agora, os técnicos da Receita só conseguiram recuperar US\$ 2,5 bilhões do que foi sonegado.

É também da Receita a informação de que 51% das empresas não pagam o Finsocial, 31% não contribuem para o PIS, 76% ignoram o Imposto de Renda, 86% não pagam a contribuição sobre o lucro e 30% não repassam ao Tesouro os descontos feitos no pagamento dos seus empregados. Estados e municípios estão sem pagar US\$ 57 bilhões de dívidas para com a União.

O ministro Britto, por sua vez, acaba de anunciar que as dívidas das empresas privadas, órgãos públicos federais,

estaduais e municipais, autorquias e fundações para com a Previdência chegam a Crs 75 trilhões (US\$ 8,5 bilhões). Isso é mais da metade do orçamento do ministério para 93 e 2,1% do PIB.

Apenas 18% das empresas brasileiras estão em dia com o FGTS; 29% estão com atraso e 53%, simplesmente, não recolhem nada para o Fundo. Só em 91, a sonegação das empresas para com o FGTS era calculada em Crs 1,4 trilhão (valor não atualizado). Técnicos da CEF calculam que a sonegação do Fundo, nos últimos anos, chegou a Crs 4,2 trilhões (valores também não atualizados), quase o dobro da arrecadação prevista de 91, de Crs 2,4 trilhões (valores desatualizados). Não vamos nos referir aos US\$ 4 bilhões em dívidas vencidas que o Banco do Brasil possui e se recusa a cobrar.

O Banco Mundial — citado no relatório da CPI do PC — atesta que todas as grandes obras públicas no Brasil custam, em média, 100% a mais do que nos demais países. Comentando o assunto, o presidente do TCU, ministro Carlos Átila, admitiu num cálculo conservador, que o governo gasta, anualmente, US\$ 72 bilhões em obras superfaturadas. Isso é 20% do PIB.

Assim, em vez de cobrar mais impostos, não seria mais interessante o governo contratar um gato para combater os ratos?

■ Célio de Castro, médico, é líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na Câmara dos Deputados e vice-prefeito eleito de Belo Horizonte.